A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO NA NOVA (DES)ORDEM GLOBAL: DISPUTAS ENTRE O RURALISMO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Camila Timpani Ramal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-0550-588X
Endereço eletrônico: camilaramal@ifba.edu.br

Anely Silva Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3035-2942
Endereço eletrônico: anelyifba@gmail.com

Palavras-chave: Formação de professores; Educação do Campo; Ruralismo Pedagógico; Trabalho docente.

INTRODUÇÃO

A formação de professores constitui um campo de disputas políticas, ideológicas e pedagógicas que expressam diferentes projetos de sociedade. No contexto da nova (des)ordem global, marcado pelo avanço das políticas neoliberais, intensificam-se mecanismos de regulação da formação docente por meio da padronização curricular, das avaliações em larga escala e da responsabilização dos professores pelos resultados educacionais. Contudo, a vinculação da formação docente a projetos econômicos e políticos específicos não é recente na história da educação brasileira.

Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções de formação de professores presentes no Ruralismo Pedagógico e confrontá-las com os princípios da Educação do Campo, buscando compreender como tais perspectivas expressam projetos distintos de sociedade e de formação humana.

> O movimento ruralista que envolve políticos e educadores é muito mais do que uma tomada de consciência sobre os problemas da educação rural. O que realmente o define é sua face político-ideológica que permanece oculta

> pela questão educacional. Comprometido com a manutenção do "status quo", contribui para uma percepção viesada da contradição cidade- campo como algo "natural", concorrendo consequentemente para sua perpetuação. Ao que parece, a grande "missão" do professor rural seria a de demonstrar as "excelências" da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana (Maia, 1982, p.28).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as permanências e ressignificações dos mecanismos de controle da formação docente, especialmente diante dos desafios impostos pelas políticas neoliberais contemporâneas.

Os estudos de Maia (1982), Souza (2008), Fernandes (2006), Whitaker (2008) e Caldart (2002) demonstram que o Ruralismo Pedagógico esteve associado à manutenção da ordem social vigente, enquanto a Educação do Campo emerge das lutas sociais dos trabalhadores rurais, propondo uma formação crítica e emancipatória.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas obras clássicas do Ruralismo Pedagógico, especialmente os escritos de Sud Mennucci (1930), bem como estudos que nos remetem a compreensão do real papel da Educação do Campo no Brasil, expresso por autores como Maia (1982), Souza (1999; 2008), Fernandes (2006), Whitaker (2008), Caldart (2002) e Ferrante e Silva (2015).

A análise concentrou-se na identificação das concepções de educação, formação docente e desenvolvimento social presentes nos discursos ruralistas e nas formulações da Educação do Campo, buscando evidenciar suas aproximações e divergências frente às políticas educacionais de orientação neoliberal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados identificam que o Ruralismo Pedagógico concebia a formação de professores como instrumento de intervenção social destinado à permanência da população no campo e à consolidação de um projeto nacional pautado pela modernização conservadora. Nesse modelo, o professor deveria atuar como agente de disciplinamento social, responsável por difundir valores nacionalistas e por combater o êxodo rural.

Conforme demonstram Maia (1982) e Souza (2008), a educação rural defendida pelos

ruralistas subordinava-se aos interesses das elites agrárias e à manutenção da estrutura social vigente.

O trabalhador rural era frequentemente representado como símbolo do atraso econômico e cultural, exigindo processos educativos voltados à sua adaptação aos padrões definidos pelo Estado e pelas classes dominantes.

> A ênfase colocada na educação como responsável por todos os problemas, se tinha a virtude de chamar a atenção para a necessidade de universalizar a instrução elementar, cumpria também uma finalidade menos consciente, mas não menos verdadeira: a de mascarar a análise da realidade, deslocando da economia e da formação social a origem dos problemas mais relevantes (Paiva, 2003, p. 38).

Em contraposição, a Educação do Campo, construída a partir das lutas dos movimentos sociais do campo, especialmente do MST, propõe uma formação docente fundamentada na valorização das identidades, culturas e saberes dos povos do campo. Segundo Caldart (2002), Whitaker (2008) e Fernandes (2006), trata-se de uma proposta educativa comprometida com a formação humana integral e com a transformação das condições históricas de desigualdade.

A educação do campo que emana no interior do MST e que se projeta para toda a sociedade traz, em seu cerne, uma construção histórica que se caracteriza como revolucionária, protagonizada pelos trabalhadores que fazem parte deste projeto, como afirmam Ferrante e Silva (2015) é pressuposto da educação do campo se contrapor

> [...] à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana. Nesta perspectiva, o papel da educação, é o de formar sujeitos críticos capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação. Todavia esse posicionamento do MST em construir uma educação juntando com a sua estratégia de luta contra hegemônica tem estabelecido tensões com a classe burguesa, e consequentemente com o Estado burguês (2015, p. 296).

O conceito educação rural está sob a égide do paradigma do capitalismo agrário (PCA). Sob o viés deste paradigma, os camponeses não são os protagonistas dos processos de condução do capital e, se submetem a ele para sobreviverem, mantendo a ordem reacionária já prevista no início do século XX. Assim, para Fernandes (2006, p. 38) "[...] a Educação Rural, desenvolvimento é apenas um tema a ser estudado [...]. Compreendendo o Rural como uma

relação social do campo, a Educação é pensada como forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso, o agronegócio".

Contrário ao PCA, Fernandes (2006) nos traz a concepção do paradigma da questão agrária (PQA) que converge para superação do modo de produção capitalista. Não obstante, a forma de educação que mais contempla este paradigma é a educação do campo, pois esta nasce e se constrói no interior dos movimentos camponeses, ligada aos princípios de autonomia do sujeito, em que desenvolvimento, emancipação e educação tornam-se conceitos indissociáveis.

A análise permite identificar aproximações entre a racionalidade do Ruralismo Pedagógico e determinadas políticas neoliberais contemporâneas. Embora situadas em contextos históricos distintos, ambas tendem a instrumentalizar a formação docente, bem como a formação dos sujeitos em função de objetivos econômicos e produtivistas, restringindo a autonomia pedagógica e reduzindo a educação a mecanismos de adequação às demandas do capital.

Nesse cenário, a Educação do Campo apresenta-se como alternativa contra-hegemônica ao defender processos formativos articulados à emancipação humana, à justiça social e à construção de sujeitos críticos capazes de compreender e transformar sua realidade.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidencia que as disputas em torno da formação de professores do campo expressam conflitos mais amplos entre projetos de sociedade. O Ruralismo Pedagógico esteve historicamente vinculado à adaptação dos sujeitos às demandas econômicas das elites agrárias e à manutenção da ordem social vigente.

Por sua vez, a Educação do Campo constitui uma proposta político-pedagógica comprometida com a valorização dos trabalhadores rurais, de suas culturas e formas de organização social, defendendo uma formação docente crítica e emancipatória.

Conclui-se que, diante do avanço das políticas neoliberais na nova (des)ordem global, torna-se fundamental fortalecer propostas formativas que preservem a autonomia docente, promovam a justiça social e reafirmem a educação como direito humano e instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In:* MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa.** Brasília: MDA, 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Educação do Campo e luta social. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 27, p. 289-300, 2015.

MAIA, Eny Marisa. **Ruralismo pedagógico:** um projeto conservador de educação. São Paulo: Loyola, 1982.

MENNUCCI, Sud. **A crise brasileira de educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

SOUZA, Claudia Moraes de. Discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 45, 1999.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Educação do Campo e formação humana. *In:* WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (org.). **Sociologia Rural:** questões contemporâneas. São Paulo: Letras à Margem, 2008.